

HAN, B.-C. *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

**Ligia Thomaz Vieira Leite**

Mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e com graduação interrompida em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

 10.17771/PUCRio.DDCIS.56328

Houve um tempo em que os livros de filosofia ficavam escondidos nas estantes do fundo das livrarias. Com *Sociedade do cansaço*, o autor sul-coreano Byung-Chul Han ganhou lugar de destaque nas lojas de todo o mundo. Uma obra curta, que não dá voltas desnecessárias de linguagem e que apresenta um conteúdo denso de modo tangível a um público não afeito aos estudos filosóficos, foi a fórmula para um sucesso estrondoso de vendas. E se repetiu em *Sociedade da transparência*, livro que parece seguir a mesma linha de raciocínio, agora debruçando-se mais cuidadosamente sobre alguns pontos não explorados no anterior.

O novo livro, como aquele que o antecedeu, trabalha aspectos da virada para aquilo a que o autor chama de sociedade da positividade, na qual a negatividade vai sendo progressivamente eliminada. Em seus nove capítulos, discorre sobre as diferentes feições da configuração da sociedade da transparência, passando pelas ideias de positividade, pela superexposição, pelo uso das redes sociais, pela política e pelo controle social. E talvez seja justamente por se debruçar sobre tantos tópicos tão relevantes para pensar a contemporaneidade que se justifique a reverberação da teoria de Han em diversas áreas do conhecimento.

O livro começa definindo a sociedade da positividade com base na ideia da supressão de toda a negatividade com vistas à liberação do caminho para o capital, a comunicação e a informação. Destaca o autor, porém, a característica "negativa" da alteridade que, na sociedade da positividade, deve ser suprimida para dar espaço à comunicação rasa do igual, em um constante processo de circulação de informações livre de perturbações. É nesse sentido que a transparência ganha destaque como uma ferramenta para eliminar toda a obscuridade, vergonha, dor ou distância nessa circulação da informação. Junto com isso, porém, de acordo com Han, ela elimina também a teoria, o debate político, o sofrimento, a liberdade, a espontaneidade e tudo aquilo que caracteriza a vida humana.

Nos capítulos seguintes, Han examina diversos aspectos dessa sociedade, começando por se debruçar sobre a ideia da exposição como ponto fundamental da coerção por transparência. Afirma que, na sociedade positiva, coisas são transformadas em mercadoria e, portanto, ganham valor com base em sua exposição clara, mas que esse movimento, contudo, faz desaparecer seu valor cultural. Assim, a coerção por transparência se manifesta também em uma coação icônica para tornar-se imagem, mas uma imagem clara, sem pontos ocultos ou complexidades: uma imagem que não provoca reflexão e elimina a distância necessária para uma contemplação estética.

O terceiro capítulo enfrenta o conceito da sociedade de evidência, traçando uma relação entre o avanço da transparência e a inviabilidade de uma economia libidinosa, uma vez que, para que esta se realize, o mistério e o oculto são pontos de extrema relevância. O capítulo encontra sua complementação no seguinte, em que é trabalhado o aspecto pornográfico da sociedade, o qual ganha destaque com o avanço da força coercitiva da transparência que, excluindo o mistério, acaba com aquilo que é o fundamento da beleza. Esse movimento será

responsável por reduzir à obscenidade o que antes era considerado belo, com a imposição da superexposição e da hipervisibilidade a todas as coisas, visando à otimização do valor expositivo. Por meio dessa ideia, o autor volta à reflexão sobre a imagem com base na teoria de Roland Barthes, pontuando que as imagens produzidas nessa dinâmica perdem seu potencial de alcance, de inquietação, mantendo somente a possibilidade de choque, mas sempre de maneira rasa, transparente e sem possibilidade de ruptura ou ambiguidade.

Em seguida, o autor trata da questão da velocidade e da aceleração como foco da coerção por transparência. Identifica, porém, uma incompatibilidade entre a tentativa de aceleração e os processos narrativos – o autor foca especificamente em cerimônias e rituais, mas também podendo ser essa reflexão estendida mesmo para as narrativas literárias –, que, incapazes de ser operacionalizados, atrapalham a aceleração da informação, da comunicação e da produção. As narrativas, portanto, são substituídas pelo mero contar e do mesmo modo se tornam obscenas em sua transparência implacável, processo que afeta igualmente a memória, que passa a ser lida em termos de dados que permanecem sempre iguais.

Adiante, ao se debruçar sobre a ideia de intimidade, afirma que também esta é sujeita à exposição, à venda e ao consumo geral, principalmente por meio de mídias sociais e sites de busca. Nesse cenário, a intimidade torna-se uma tirana, à qual estão sujeitas diversas áreas da vida social, inclusive a política. Esse fato faz do espaço público um lugar de exposição que se afasta cada vez mais do agir comum. Ao mesmo tempo, a intimidade fomenta um ambiente narcísico em que não se busca encontrar o outro, mas sempre e tão somente a si mesmo.

O sétimo capítulo trata de como a valorização extrema da verdade e da informação – com base na ideia de transparência – vai aos poucos eliminando a característica da narratividade do mundo e, em consequência, institucionalizando um amplo vazio, a ser preenchido com uma massa de informações e imagens que, apesar de se proporem a preenchê-lo, não produzem verdade ou clareza, mas tão somente mais confusão. Essa ideia é complementada no capítulo seguinte, no qual o autor demonstra a violência subjacente ao projeto heroico de promoção da transparência, que vai forçosamente tentar lançar luz a absolutamente tudo aquilo que é oculto. É nesse sentido que vai merecer destaque a ideia dos panópticos econômicos como uma estratégia pela qual a visibilidade vai promover a maximização dos lucros com a exploração máxima.

Nessa toada, o último capítulo vai trabalhar justamente a dimensão do controle com base nessa visibilidade e nessa exposição. Novamente, por meio da ideia do panóptico de Bentham, o autor vai postular uma versão do panóptico digital, em que a vigilância não parte mais de um só ponto, mas de todos os outros indivíduos vigiados, que ainda assim creem estar em total liberdade. Han afirma que o expor pornográfico e o controle panóptico se misturam com a rede, atuando como panóptico social para alimentar o exibicionismo e o voyeurismo. Assim, uns supervisionam os outros, ao mesmo tempo que são supervisionados por eles, caracterizando uma atmosfera de controle total, que aniquila toda a liberdade de ação e leva à uniformização.

Assim, cai por terra também a noção de confiança, já que esta só é possível em uma situação que conjuga saber e não saber, de modo que a sociedade da transparência passa a ser caracterizada também pela desconfiança. Uma ilusão de liberdade e autonomia do indivíduo também é criada graças a esse cenário de controle total, uma vez que a construção do panóptico digital não só implica necessidade de autoexposição, mas cria um sentimento de liberdade ao fazê-lo.

Apesar deste pequeno resumo, o que se vê no decorrer da leitura de *Sociedade da transparência* são reflexões que se complementam de modo a formar um bloco teórico contundente em sua oposição ao avanço neoliberal, à sociedade de redes e ao clamor pela transparência. Por se estruturar como uma obra de divulgação científica, o texto amplia, em quem o lê na academia, o desejo de melhor compreender suas referências e de acessar os demais blocos que compõem o todo da teoria que expõe. A leitura desses blocos em conjunto, por meio das demais obras do autor, oferece um estofo teórico ainda mais coeso para pensar sobre o momento de profunda crise vivenciada neste primeiro quarto de século.

O valor transdisciplinar da obra é nítido, uma vez que suscita elucubrações e, principalmente, reformula e traz novos referenciais para questionamentos já em formação na mente de quaisquer pessoas que se dediquem a estudar a sociedade contemporânea. Ao investir nessa reformulação, é possível encontrar o brilho da escrita de Han, que consegue estruturar as ligações entre diferentes manifestações de um mesmo fenômeno de maneira clara e didática, oferecendo um panorama – talvez um tanto desesperador – do atual momento político e social. Aos grupos que se engajam no estudo da democracia na contemporaneidade, a leitura desta e de outras obras do filósofo é um passo essencial para a elaboração de suas pesquisas, pois elas oferecem um olhar original, junto com algumas formulações conceituais – fundamentais para pensar a democracia em tempos de intenso avanço neoliberal –, entre as quais o próprio conceito de transparência, conforme por ele trabalhado, o conflito entre representação e exposição e a inviabilidade da proposta de confiança em um cenário de exibição total.

Com uma forte influência do pensamento daquela que ficou conhecida como Escola de Frankfurt, neste livro, o autor apresenta mais críticas que caminhos possíveis, mas posicionando-as de modo a inaugurar perspectivas pelas quais mirar as tantas crises enfrentadas atualmente pela humanidade. Essas novas perspectivas de reflexão podem servir de ferramenta para uma melhor compreensão dos movimentos políticos, literários, econômicos e sociais que nascem como espelho da crise e vislumbrar o movimento necessário para superá-la.